

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. Conforme descritivo apresentado na nota explicativa 32.

1.1 Incorporação da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de abril de 2019 os acionistas da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Participações") aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 154.346.537 ações ordinárias, no montante total de R\$ 271.803. Essas novas ações foram subscritas e integralizadas nessa data com base no acervo líquido contábil de 31 de dezembro de 2018 da Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Equipamentos"), nos termos do laudo de avaliação emitido por empresa de avaliação independente e distribuídos na seguinte proporção:

| Acionistas | Nº de ações subscritas e integralizadas | (%) |
|--|---|--------|
| SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia | 104.627.677 | 67,79% |
| Sullair Argentina S.A | 44.840.433 | 29,05% |
| Ricardo Vantini | 4.878.427 | 3,16% |
| Total | 154.346.537 | 100% |

A partir desta data, 03 de abril de 2019, os acionistas apresentados no quadro acima tornaram-se detentores de 100% das ações da Solaris Participações e essa Companhia passou a deter 100% de participação no capital social da Solaris Equipamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ocorrida em 10 de maio de 2019, foi deliberada a aprovação da operação, nos termos do art. 256, §1º da Lei das S.A. e CVM 358/02 a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações e foram praticadas todas as demais medidas necessárias à conclusão da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris Equipamentos (“Combinação de Negócios”).

Esta incorporação resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter pela primeira vez participação societária na Solaris Equipamentos assim como seu controle. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A incorporação da Solaris Participações foi aprovada em assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de maio de 2019. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da Solaris Equipamentos foi avaliado pelo seu valor justo em 30 de abril de 2019 com base preliminarmente no laudo econômico financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente.

A combinação de negócios consolida o protagonismo das duas empresas no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num mix de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 9 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

A partir de 10 de maio de 2019, a Companhia passou a deter o controle direto da Solaris Equipamentos e a titularidade de todas as ações.

a. *Contraprestação transferida*

Em 10 de maio, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris Equipamentos, cujo valor justo está descrito abaixo no item (c)-(ii).

b. *Custos de aquisição*

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de aproximadamente R\$ 1.183 em 2019 (R\$ 5.165 em 2018) referentes principalmente a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como ‘Despesas administrativas’ na demonstração de resultado.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Solaris Equipamentos na data da aquisição:

| Ativo | Valor contábil 30/04/2019 | Ajustes | Valor justo |
|--|--------------------------------------|----------------|--------------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 33.767 | - | 33.767 |
| Contas a receber | 31.719 | - | 31.719 |
| Estoques | 17.370 | - | 17.370 |
| Impostos a recuperar | 8.626 | - | 8.626 |
| Outros ativos | 3.391 | - | 3.391 |
| Não circulante | | | |
| Depósitos judiciais | 337 | - | 337 |
| Impostos diferidos | 83.058 | - | 83.058 |
| Imobilizado | 175.677 | 39.257 (i) | 214.934 |
| Intangível | 632 | - | 632 |
| Valor dos ativos adquiridos | 354.577 | - | 393.834 |
| Passivo | Valor contábil 30/04/2019 | Ajustes | Valor justo |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 9.499 | - | 9.499 |
| Empréstimos e financiamentos | 12.818 | - | 12.818 |
| Debêntures | 24.311 | - | 24.311 |
| Impostos a pagar | 2.305 | - | 2.305 |
| Salários, benefícios e encargos sociais a pagar | 9.578 | - | 9.578 |
| Derivativos | 229 | - | 229 |
| Outros passivos | 596 | - | 596 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 9.480 | - | 9.480 |
| Debêntures | 6.186 | - | 6.186 |
| Impostos a pagar | 1.488 | - | 1.488 |
| Provisão para contingências | 4.794 | - | 4.794 |
| Outros passivos | 156 | - | 156 |
| Valor dos passivos assumidos | 81.440 | - | 81.440 |
| Valor líquido dos ativos adquiridos | 273.137 | 39.257 | 312.394 |
| Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos: | | | |
| Valor contábil dos ativos líquidos | - | - | 273.137 |
| Mais-valia do ativo imobilizado (i) | - | - | 39.257 |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) (iii) | - | - | 88.011 |
| Contraprestação transferida, mediante aumento de capital social | | | |
| (vide nota explicativa nº 27) – (ii) | - | - | (400.405) |

Não foram identificadas movimentações relevantes da data base de 30 de abril de 2019 a 10 maio de 2019 (data da aquisição).

- (i) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Solaris Equipamentos, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$ 39.257, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa 15).
- (ii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias), com o preço médio de R\$ 5,2646081101 por ação da Companhia, foi calculado com base no volume de negociação das ações da Mills na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão nos pregões realizados entre 14 de fevereiro e 29 de março de 2019. Conforme mencionado acima, com a emissão de 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, o montante total da contraprestação transferida na data de aquisição da controlada foi de R\$ 400.405.
- (iii) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:
- | | |
|---|----------------|
| Contraprestação transferida | 400.405 |
| (-) Valor contábil dos ativos líquidos | (273.137) |
| (-) Mais-valia de ativos líquidos | (39.257) |
| (=) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) | 88.011 |

d. Mensuração do valor justo

A contabilização inicial da aquisição considerando a alocação do preço pago foi preliminarmente apurada no trimestre findo em 30 de junho de 2019 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra e finalizado dentro do exercício de 2019. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

| Ativos adquiridos | Método de avaliação |
|--------------------------|---|
| Máquinas e equipamentos | Para identificação da depreciação, são consideradas a vida útil, transcorrida, os valores residuais, estado de conservação e obsolescência do bem. O cálculo é feito sobre a variação da provável curva de vida útil. O valor justo do equipamento usado é determinado a partir do valor de equipamento novo, levando-se em conta a idade operacional e o valor residual, indexados a uma curva, que tem por limite a vida útil do ativo. |

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (Notas Explicativas nºs 4, 6, 7, 8, 13 e 33).

(ii) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iii) *Resultado por segmento de negócio*

O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.

(iv) *Demonstrações de valor adicionado (DVA)*

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 Principais políticas contábeis

(i) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) *Depósitos bancários vinculados*

Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual.

(iii) *Instrumentos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

b. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

a. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

(iv) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) da Companhia:

- Definição dos agings por segmento de negócio;
- Cálculo das perdas de crédito esperadas pelo média móvel do período histórico considerado (janeiro a dezembro de 2019).
- O cálculo é o resultado da inadimplência histórica dos últimos 12 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings em cada Unidade de Negócio; e
- São considerados no cálculo todos os agings de faturas emitidas em aberto.

(v) *Estoques*

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Estoques - Outros ativos mantidos para venda

São representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos do CPC 16 (R1).

(vi) *Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos*

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(vii) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocado ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos de benefícios a empregado, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

(viii) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 22.a).

(ix) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 14, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(x) Intangíveis

Programas de computador (Software)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados aos desenvolvimentos desses *softwares* são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os *softwares* possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 15). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xi) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(xii) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa “Construção”. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xiii) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xv) Benefícios concedidos a empregados

Provisão para participação nos lucros e resultados

O acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base de 2019, em função do desempenho geral da Mills e, também, pelas suas competências individuais nas contribuições feitas ao negócio, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado

O Programa de Participação Resultados de 2019 é baseado no atingimento do *EBITDA* ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais.

O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, até o mês de abril do exercício subsequente (nota explicativa 20.a).

Planos de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições (nota explicativa 20.c).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos um programa de incentivo com ações restritas. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação.

Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

O valor justo das ações é reconhecido como despesa. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nos termos do contrato do plano (nota explicativa 20.d).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

(xvi) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xvii) *Conversão em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(xviii) *Capital social*

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xix) *Recompra de ações (ações em tesouraria)*

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital.

(xx) *Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio*

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xxi) *Reconhecimento de receita*

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

2.3 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, divulgadas nas notas explicativas n°s 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 14 de março de 2019 e no dia 21 de março de 2019 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a. *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

| Nome da controlada | Principal atividade | Participação - % | |
|--------------------------------------|---|------------------|------------|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Solaris Equipamentos e Serviços S.A. | Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica. | 100% | - |

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas considerando os montantes da Controladora e os montantes levantados a partir da data de aquisição e incorporação da Solaris Participações, em maio de 2019, conforme nota explicativa 1.1 até a data-base de 31 de dezembro de 2019.

2.5 Normas vigentes em 2019

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

(i) **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Foram analisados todos os contratos de arrendamento da Companhia com prazo superior a um ano e com valores unitários dos bens arrendados acima do limite estabelecido pela norma. Para fins de adoção inicial, foi adotada a modelagem retrospectiva modificada, tendo sido analisados os contratos de arrendamento dos imóveis e veículos utilizados pela Companhia para suas unidades de negócio Construção e Rental. A taxa de desconto para determinação do valor presente líquido dos contratos acompanha o prazo de vigência de cada contrato.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 foram registrados no balanço de abertura de 2019, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme nota explicativa 20 e quadro abaixo:

| | Controladora | | |
|----------------------------|--|--|---|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2018 | Ajustes na adoção CPC06(R2) / IFRS 16 | Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019 |
| Balanço Patrimonial | | | |
| Imobilizado (ativo) | 467.444 | 57.786 | 525.230 |
| Arrendamento (passivo) | - | (57.786) | (57.786) |

O quadro abaixo demonstra os efeitos da adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 reconhecidos no balanço da controlada, Solaris, em 30 de abril de 2019, último balanço antes da incorporação em 10 de maio de 2019 e possuía naquela data os seguintes montantes registrados nas rubricas do ativo imobilizado (direito de uso) R\$ 8.470 e arrendamento R\$ 8.572.

| | Controlada | | |
|----------------------------|--|--|---|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2018 | Ajustes na adoção CPC06(R2) / IFRS 16 | Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019 |
| Balanço Patrimonial | | | |
| Imobilizado (ativo) | 179.281 | 8.882 | 188.163 |
| Arrendamento (passivo) | (4.240) | (8.882) | (13.122) |

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 18 de dezembro de 2019 divulgou o ofício circular 02/2019 passando a orientar os aspectos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Arrendatárias na adoção da taxa de desconto e o tratamento do Pis e Cofins do passivo de arrendamento (nota explicativa 20).

- (ii) **ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**
Também em 1º de janeiro de 2019, passou a vigorar a nova norma sobre os requisitos de reconhecimento e mensuração do pronunciamento técnico CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados pela Companhia e suas controladas para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide notas explicativas 13 e 15.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20.

3.3 Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.5 Provisões para perdas de créditos esperadas

A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.2 (iv). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

3.6 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Companhia avaliou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2019.

3.8 Reconhecimento de receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.2 Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e *hedge*. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota explicativa 4.2 (iii).

(iii) *Análise de sensibilidade*

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

| | | | | Controladora | |
|-------------------------------|------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|------------|
| | | | | Efeito no resultado | |
| Aplicações Financeiras | Indicador | Contábil | Provável | 25% | 50% |
| Aplicações financeiras | CDI | 73.656 | 3.308 | 2.481 | 1.654 |

| | | | | Controladora | |
|--------------------------|------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|------------|
| | | | | Efeito no resultado | |
| Dívida | Indicador | Contábil | Provável | 25% | 50% |
| BNDDES | TJLP | 2.545 | 151 | 183 | 216 |
| 2ª emissão de debêntures | | | | | |
| 2ª Série | IPCA | 56.367 | 6.214 | 6.780 | 7.346 |
| | Total | 58.912 | 6.365 | 6.963 | 7.562 |

| | | | | Consolidado | |
|-------------------------------|------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|------------|
| | | | | Efeito no resultado | |
| Aplicações Financeiras | Indicador | Contábil | Provável | 25% | 50% |
| Aplicações financeiras | CDI | 124.797 | 5.845 | 4.383 | 2.922 |

| | | | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|------------|
| | | | | Efeito no resultado | |
| Dívida | Indicador | Contábil | Provável | 25% | 50% |
| 1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos | CDI | 24.976 | 2.622 | 3.028 | 3.434 |
| Capital de giro | CDI | 7.670 | 940 | 1.074 | 1.208 |
| BNDDES | TJLP | 2.545 | 151 | 183 | 216 |
| 2ª emissão de debêntures | | | | | |
| 2ª Série | IPCA | 56.367 | 6.214 | 6.780 | 7.346 |
| | Total | 91.558 | 9.927 | 11.065 | 12.204 |

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

| 31/12/2019 | | | |
|----------------|---|-------------------|--------------------|
| Referências | Provável I | Cenário II 25% | Cenário III 50% |
| Taxas | | | |
| CDI (%) (i) | 4,18% | 3,14% | 2,09% |
| TJLP (%) (ii) | 5,09% | 6,36% | 5,09% |
| IPCA (%) (iii) | 3,75% | 4,69% | 3,75% |
| (i) | Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 6,75%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 2020, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração. | | |
| (ii) | Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários. | | |
| (iii) | Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2020 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 2020, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários. | | |

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) *Contas a receber*

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2019 foi de 61 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--|---------------------|------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Conta corrente | | | |
| Banco (i) | 18 | 121 | 113 |
| Aplicações | | | |
| Banco (i) | 73.638 | 60.514 | 124.797 |
| Depósitos bancários vinculados (i) | - | 88.810 | - |
| Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados | 73.656 | 149.445 | 124.910 |

- (i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

4.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

| | Vencidos | Até um mês | Mais que um mês e menos que três meses | Mais que três meses e menos que um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Total Controladora |
|--------------------------------------|----------|------------|--|--|----------------------|-------------------------|--------------------|
| Em 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 279 | 450 | 1.324 | - | 618 | 2.671 |
| Debêntures | - | - | - | 60.423 | - | - | 60.423 |
| Arrendamentos a pagar - imóveis | - | 1.047 | 2.078 | 7.012 | 21.518 | 30.563 | 62.218 |
| Arrendamentos a pagar - veículos | - | 196 | 392 | 1.049 | 141 | - | 1.778 |
| Contas a pagar a terceiros | 7.185 | 10.207 | 1.918 | 29 | - | - | 19.339 |
| Contas a pagar – partes relacionadas | - | - | - | 2.893 | - | - | 2.893 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 294 | 872 | 2.294 | - | 2.674 | 6.134 |
| Debêntures | - | - | - | 130.813 | - | 60.220 | 191.033 |
| Contas a pagar a terceiros | 1.272 | 12.354 | 1.697 | 370 | 10 | - | 15.703 |

| | Vencidos | Até um mês | Mais que um mês e menos que três meses | Mais que três meses e menos que um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Total Consolidado |
|----------------------------------|----------|------------|--|--|----------------------|-------------------------|-------------------|
| Em 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Capital de giro | - | 112 | 1.778 | 2.466 | - | 3.876 | 8.232 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 279 | 450 | 1.324 | - | 618 | 2.671 |
| Debêntures | - | 842 | 2.975 | 78.890 | - | 3.949 | 86.656 |
| Arrendamentos a pagar - imóveis | - | 1.344 | 2.625 | 8.842 | 22.498 | 30.563 | 65.872 |
| Arrendamentos a pagar - veículos | - | 338 | 676 | 2.328 | 523 | - | 3.865 |
| Contas a pagar a terceiros | 1.685 | 19.511 | 4.977 | 309 | - | - | 26.482 |

5 Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

| | Controladora | | Consolidado |
|--|---------------------|-------------|--------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 |
| Dívida bancária total | 58.911 | 181.401 | 91.557 |
| Empréstimos e Financiamentos | 2.545 | 5.712 | 10.215 |
| Debêntures bruta (vide nota explicativa nº 16) | 56.367 | 175.689 | 81.342 |
| Caixa equivalente de caixa | 73.656 | 60.635 | 124.910 |
| Depósitos bancários vinculados | - | 88.810 | - |
| Endividamento líquido | 14.745 | 31.956 | 33.353 |
| Patrimônio líquido | 1.107.373 | 750.309 | 1.107.373 |
| Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido | 0,01 | 0,04 | 0,03 |

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

| | Controladora | |
|--|---------------------|-------------|
| | 2019 | 2018 |
| Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação: | | |
| Utilizadas | 14.843 | 5.713 |
| Não utilizadas | 203.200 | 9.600 |
| Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo: | | |
| Utilizadas | 14.843 | 5.713 |
| Não utilizadas | - | - |

6 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado |
|------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Caixa e bancos | 18 | 121 | 113 |
| Aplicações financeiras | 73.638 | 60.514 | 124.797 |
| | <u>73.656</u> | <u>60.635</u> | <u>124.910</u> |

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 94,80% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,29%, em 31 de dezembro de 2018).

7 Depósitos bancários vinculados

Em 19 de maio de 2017, conforme deliberado nas Atas de Assembleia Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, em função da repactuação dos termos das escrituras das debêntures, relativos aos *covenants*, foi constituída a garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de contas vinculadas, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente conforme mencionado na nota explicativa 16. A segregação entre circulante e não circulante foi feita utilizando-se a mesma segregação existente do passivo das debêntures.

| Controladora e Consolidado* | | |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Circulante | - | 62.000 |
| Não Circulante | - | 26.810 |
| | - | 88.810 |

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 são integralmente representados pela controladora.

No dia 17 de maio de 2019 foi realizada a transferência integral dos recursos mantidos em contas vinculadas das 2ª e 3ª Emissões de Debêntures da Companhia para a sua conta de livre movimentação considerando o cumprimento das condições dispostas na Cláusula 6.10.4 do 3º Aditamento às Escrituras, qual seja, o atingimento dos *covenants* originais das Debêntures ($\text{Dívida Líquida/Ebitda Ajustado} \leq 3$ e $\text{Ebitda Ajustado/Despesa Financeira Líquida} \geq 2$) pelo segundo trimestre consecutivo.

8 Contas a receber de terceiros

| Unidade de negócio | Controladora | | | | | | Consolidado | | |
|--------------------|------------------------|-----------|--------------------------|------------------------|-----------|--------------------------|------------------------|-----------|--------------------------|
| | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | | 31/12/2019 | | |
| | Contas a receber bruto | PCE | Contas a receber líquido | Contas a receber bruto | PCE | Contas a receber líquido | Contas a receber bruto | PCE | Contas a receber líquido |
| Construção | 88.304 | (66.841) | 21.463 | 98.667 | (75.017) | 23.650 | 88.304 | (66.841) | 21.463 |
| Rental | 89.088 | (42.546) | 46.542 | 82.213 | (49.372) | 32.841 | 163.823 | (68.483) | 95.340 |
| | 177.393 | (109.387) | 68.005 | 180.880 | (124.389) | 56.491 | 252.127 | (135.323) | 116.803 |
| Circulante | 86.948 | (18.942) | 68.005 | 84.164 | (27.673) | 56.491 | 141.903 | (25.100) | 116.803 |
| Não circulante | 90.445 | (90.445) | - | 96.716 | (96.716) | - | 110.223 | (110.223) | - |

São consideradas no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas em aberto.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Saldo no início do exercício | (124.389) | (133.801) | (124.389) |
| Ajuste aquisição Solaris até Abril/2019 | - | - | (24.685) |
| Efeito da adoção inicial CPC 48/IFRS 9 | - | (1.731) | - |
| Impacto líquido de PCE no resultado (i) | (8.799) | (2.274) | (11.474) |
| Baixas | 23.801 | 13.417 | 25.225 |
| Saldo no final do exercício | <u>(109.387)</u> | <u>(124.389)</u> | <u>(135.323)</u> |

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 11.145 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 42.779) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 6.401 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 40.505), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 8.799 (em 31 de dezembro de 2018 resultado líquido negativo de R\$ 2.274).

A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| A vencer | 57.680 | 49.463 | 96.798 |
| A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados) | 1.709 | 1.781 | 1.709 |
| Vencidos de 1 a 60 dias (*) | 13.360 | 11.056 | 20.714 |
| Vencidos de 61 a 120 dias (*) | 4.086 | 4.001 | 7.860 |
| Vencidos de 121 a 180 dias (*) | 3.285 | 5.161 | 4.722 |
| Vencidos acima de 180 a 360 dias (*) | 6.828 | 12.702 | 10.114 |
| Vencidos acima de 360 dias (*) | 90.445 | 96.716 | 110.223 |
| | <u>177.393</u> | <u>180.880</u> | <u>252.140</u> |

- (*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

9 Estoques

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Mercadorias para revenda | 2.252 | 1.963 | 2.268 |
| Peças de reposição e suprimentos | 23.631 | 15.209 | 44.701 |
| Provisão para estoque de giro lento (*) | <u>(3.877)</u> | <u>(1.875)</u> | <u>(10.632)</u> |
| | <u>22.006</u> | <u>15.297</u> | <u>36.337</u> |

- (*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

10 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Foi celebrado o seguinte contrato em dólares dos Estados Unidos para a venda de manipuladores de carga:

| Data do contrato | Tipo | Quantidade | Cronograma | Custo de aquisição | Depreciação Acumulada |
|------------------|------------------------|------------|---------------------|--------------------|-----------------------|
| 15/03/2017 | Manipuladores de carga | 170 | Abr/2017 a Mai/2019 | 24.690 | 14.038 |

Os valores de custo e depreciação acumulada acima mencionados, foram transferidos do ativo de locação (imobilizado) para estoques - outros ativos mantidos para venda. Com a transferência, a depreciação desses equipamentos foi interrompida e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

O Pronunciamento Técnico CPC 16, determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. O valor realizável foi calculado com base no valor total da venda, menos o valor residual dos bens transferidos para o estoque, incluindo as despesas de manutenção e frete interno a serem incorridas.

| | Controladora e Consolidado(*) | |
|---|--------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Estoque - Outros ativos mantidos para venda | - | 58 |

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 são integralmente representados pela controladora.

11 Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| IRPJ e CSLL a recuperar (*) | 2.376 | 400 | 7.367 |
| PIS e COFINS a recuperar (**) | 2.522 | 3.186 | 4.981 |
| ICMS a recuperar (***) | 320 | 540 | 988 |
| Outros | 363 | 384 | 674 |
| | <u>5.581</u> | <u>4.510</u> | <u>14.010</u> |

(*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras em 2019, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais da mesma natureza durante o exercício de 2020.

(**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.

(**) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

12 Ativos mantidos para venda

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos do contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda.

| | Controladora e Consolidado(*) | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Ativos mantidos para venda | 7.028 | 7.028 |
| Perda por desvalorização de ativo (i) | (2.804) | (2.039) |
| | 4.224 | 4.989 |

- (*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.
- (i) A provisão por perda por desvalorização de ativo, que é avaliada anualmente, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos ativos em 31 de dezembro 2019, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

13 Ativo financeiro pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2019, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2018.

b. Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2019, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 16,1% entre os anos de 2020 a 2023 e de 14,5% em diante, inclusive na perpetuidade. A taxa foi obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC) e foi considerado um prêmio por tamanho de 4,2%. Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 50.579 (R\$ 54.451 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 a variação bruta do valor justo foi de R\$ 3.872 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2018), sendo a variação líquida em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 2.556 (R\$ 517 em 31 de dezembro de 2018), considerando o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrada no patrimônio líquido da Companhia.

14 Investimentos

a. Ativos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Conforme divulgado na nota explicativa 1.1 a Solaris Participações era controladora da Solaris Equipamentos. Em 10 de maio de 2019, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, da Solaris Participações, e, como resultado desta Combinação de Negócios, a Companhia passou a deter o controle de 100% da Solaris Equipamentos.

A Solaris Equipamentos é uma empresa de capital fechado e tem como objeto social a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes e a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

| Informações da controlada | <u>Solaris Equipamentos</u> |
|--|---------------------------------|
| | 31/12/2019 |
| Participação - % | 100% |
| Ativo circulante | 130.470 |
| Ativo não circulante | 223.279 |
| Passivo circulante | 52.728 |
| Passivo não circulante | 14.713 |
| Patrimônio líquido | 286.307 |
| Receitas | 144.261 |
| Custos e despesas | (120.469) |
| Lucro antes dos impostos | 23.791 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | (7.312) |
| Lucro líquido do exercício | 16.479 |

| Movimento dos investimentos em controladas | Controladora |
|--|---------------------|
| Saldo início do período (30/04/2019) | 273.137 |
| Ativos identificáveis avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios | 39.257 |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) | 88.011 |
| Redução de investimento (ii) | (3.309) |
| Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (iii) | (7.046) |
| Resultado do período (i) | 16.479 |
| Saldo final do exercício (31/12/2019) | 406.529 |

- (i) O cálculo da equivalência patrimonial contempla apenas oito meses, pois a mesma foi adquirida em 10 de maio de 2019, conforme Nota 1.1.
- (ii) Em 15 de outubro de 2019, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a primeira redução de capital da controlada, na filial São Luis, por meio de equipamentos de locação (R\$ 3.061), estoque (R\$ 236) e moveis/utensílios (R\$ 12).
- (iii) Saldo referente a oito meses (maio a dezembro de 2019) de realização da mais-valia de ativos apurada no processo de combinação de negócios.

15 Imobilizado

| | Equipamentos de locação e uso operacional | Equipamentos de locação a imobilizar | Total equipamentos de locação e uso operacional | Benfeitorias em propriedade de terceiros | Edifícios e terrenos | Computadores e periféricos | Veículos | Instalação | Móveis e utensílios | Direito de uso Imóveis | Direito de uso Veículos | Obras em andamento | Total de bens de uso próprio | Total Controladora |
|---|---|--|--|---|-------------------------|-------------------------------|----------|------------|------------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|
| Custo do imobilizado bruto | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 1.259.154 | 73 | 1.259.227 | 22.622 | 24.138 | 14.934 | 1.386 | 9.863 | 11.058 | - | - | 231 | 84.232 | 1.343.459 |
| Aquisição | 1.809 | - | 1.809 | 256 | - | 7 | 173 | 60 | 64 | - | - | 689 | 1.249 | 3.058 |
| Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda | (179.605) | - | (179.605) | (4.821) | (1.179) | (138) | (316) | (237) | (119) | - | - | - | (6.810) | (186.415) |
| Ajuste para crédito PIS e COFINS | (152) | - | (152) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (152) |
| Transferência | - | - | - | 788 | - | - | - | (43) | - | - | - | (745) | - | - |
| Reclassificação | 73 | (73) | - | 71 | - | - | - | 262 | - | - | - | - | 333 | 333 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 1.081.279 | - | 1.081.279 | 18.916 | 22.959 | 14.803 | 1.243 | 9.905 | 11.003 | - | - | 175 | 79.004 | 1.160.283 |
| Aquisição | 229 | 3.356 | 3.585 | 213 | - | 182 | 154 | - | 283 | - | - | 867 | 1.699 | 5.284 |
| Direito de uso | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 60.107 | 4.074 | - | 64.181 | 64.181 |
| Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda | (61.774) | - | (61.774) | (765) | - | (231) | - | - | (45) | - | - | - | (1.041) | (62.815) |
| Ajuste para crédito de PIS e COFINS | (21) | - | (21) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (21) |
| Reclassificação | - | - | - | 330 | - | - | - | 3 | - | - | - | - | 333 | 333 |
| Transferência | 13.302 | (3.073) | 10.229 | 936 | - | 2 | - | 38 | (77) | - | - | (974) | (75) | 10.154 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1.033.015 | 283 | 1.033.298 | 19.630 | 22.959 | 14.756 | 1.397 | 9.946 | 11.164 | 60.107 | 4.074 | 68 | 144.101 | 1.177.399 |

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

| | Equipamentos de locação e uso operacional | Equipamentos de locação a imobilizar | Total equipamentos de locação e uso operacional | Benfeitorias em propriedade de terceiros | Edifícios e terrenos | Computadores e periféricos | Veículos | Instalação | Móveis e utensílios | Direito de uso Imóveis | Direito de uso Veículos | Obras em andamento | Total de bens de uso próprio | Total Controladora |
|---|--|--|--|---|----------------------------|-------------------------------|----------------|----------------|------------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------|--|-----------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | (665.942) | (39) | (665.981) | (8.590) | (4.166) | (13.508) | (1.102) | (3.780) | (6.643) | - | - | - | (37.789) | (703.770) |
| Depreciação | (116.173) | - | (116.173) | (2.320) | (670) | (1.066) | (94) | (862) | (833) | - | - | - | (5.845) | (122.018) |
| Baixa/alienação e Transf p/estoques mantidos para venda | 128.409 | - | 128.409 | 3.327 | 834 | 138 | 260 | 219 | 86 | - | - | - | 4.864 | 133.273 |
| Ajuste para crédito PIS e COFINS | - | - | - | (236) | - | - | - | (88) | - | - | - | - | (324) | (324) |
| Reclassificação | (39) | 39 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferência | - | - | - | (42) | - | - | - | 42 | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | <u>(653.745)</u> | <u>-</u> | <u>(653.745)</u> | <u>(7.861)</u> | <u>(4.002)</u> | <u>(14.436)</u> | <u>(936)</u> | <u>(4.469)</u> | <u>(7.390)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(39.094)</u> | <u>(692.839)</u> |
| Depreciação | (106.290) | - | (106.290) | (1.875) | (617) | (323) | (98) | (871) | (807) | (10.857) | (2.243) | - | (17.691) | (123.981) |
| Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda | 46.746 | - | 46.746 | 637 | - | 231 | - | - | 33 | - | - | - | 900 | 47.646 |
| Ajuste para crédito PIS e COFINS | - | - | - | (191) | - | - | - | (89) | - | - | - | - | (280) | (280) |
| Transferência | (10.200) | - | (10.200) | - | - | - | - | - | 46 | - | - | - | 46 | (10.154) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | <u>(723.489)</u> | <u>-</u> | <u>(723.489)</u> | <u>(9.290)</u> | <u>(4.619)</u> | <u>(14.529)</u> | <u>(1.034)</u> | <u>(5.429)</u> | <u>(8.118)</u> | <u>(10.857)</u> | <u>(2.243)</u> | <u>-</u> | <u>(56.119)</u> | <u>(779.608)</u> |
| Taxas anuais de depreciação - % | 10 | 10 | - | 10 | 4 | 20 | 20 | 10 | 10 | 20 | 33,3 | - | - | - |
| Resumo imobilizado líquido | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 427.534 | - | 427.534 | 11.055 | 18.957 | 367 | 307 | 5.436 | 3.613 | - | - | 175 | 39.910 | 467.444 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 309.526 | 283 | 309.809 | 10.340 | 18.340 | 227 | 363 | 4.517 | 3.046 | 49.250 | 1.831 | 68 | 87.982 | 397.791 |

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

| | Equipamentos de locação e uso operacional | Equipamentos de locação a imobilizar | Total equipamentos de locação e uso operacional | Benfeitorias em propriedade de terceiros | Edifícios e terrenos | Computadores e periféricos | Veículos | Instalação | Móveis e utensílios | Direito de uso Imóveis | Direito de uso Veículos | Obras em andamento | Total de bens de uso próprio | Total Consolidado |
|--|---|--|--|--|-------------------------|-------------------------------|----------|------------|------------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------|------------------------------------|----------------------|
| Custo do imobilizado bruto | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 1.081.279 | - | 1.081.279 | 18.916 | 22.959 | 14.803 | 1.243 | 9.905 | 11.003 | - | - | 175 | 79.004 | 1.160.283 |
| Adição por aquisição de controlada | 428.030 | 5.957 | 433.987 | 7.083 | - | 2.302 | 896 | 569 | 2.954 | 6.320 | 2.562 | - | 22.686 | 456.673 |
| Mais-valia do ativo imobilizado | 39.091 | - | 39.091 | - | - | - | 166 | - | - | - | - | - | 166 | 39.257 |
| Aquisição | 1.350 | 4.843 | 6.193 | 213 | - | 413 | 154 | 33 | 351 | - | - | 867 | 2.030 | 8.223 |
| Direito de uso | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 61.626 | 4.987 | - | 66.613 | 66.613 |
| Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda | (83.515) | - | (83.515) | (932) | - | (271) | - | - | (68) | - | - | - | (1.271) | (84.786) |
| Ajuste de crédito PIS e COFINS | (507) | - | (507) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (507) |
| Reclassificação | - | - | - | 330 | - | - | - | 3 | - | - | - | - | 333 | 333 |
| Transferência | 14.413 | (4.196) | 10.217 | 936 | - | 2 | - | 38 | (77) | - | - | (974) | (75) | 10.142 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1.480.141 | 6.604 | 1.486.745 | 26.546 | 22.959 | 17.247 | 2.459 | 10.548 | 14.163 | 67.946 | 7.549 | 68 | 169.485 | 1.656.232 |

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

| Depreciação acumulada | Equipamentos de locação e uso operacional | Equipamentos de locação a imobilizar | Total equipamentos de locação e uso operacional | Benfeitorias em propriedade de terceiros | Edifícios e terrenos | Computadores e periféricos | Veículos | Instalação | Móveis e utensílios | Direito de uso Imóveis | Direito de uso Veículos | Obras em andamento | Total de bens de uso próprio | Total Consolidado |
|---|---|--------------------------------------|---|--|----------------------|----------------------------|----------|------------|---------------------|------------------------|-------------------------|--------------------|------------------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | (653.745) | - | (653.745) | (7.861) | (4.002) | (14.436) | (936) | (4.469) | (7.390) | - | - | - | (39.094) | (692.839) |
| Adição por aquisição de controlada | (270.061) | - | (270.061) | (4.470) | - | (1.348) | (879) | (337) | (2.078) | (1.326) | (486) | - | (10.924) | (280.985) |
| Mais-valia do ativo imobilizado | (7.046) | - | (7.046) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (7.046) |
| Depreciação | (131.211) | - | (131.211) | (2.445) | (617) | (549) | (102) | (898) | (939) | (13.751) | (3.105) | - | (22.406) | (153.617) |
| Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda | 64.226 | - | 64.226 | 761 | - | 231 | - | - | 41 | - | - | - | 1.033 | 65.259 |
| Ajuste para crédito PIS e COFINS | - | - | - | (191) | - | - | - | (89) | - | - | - | - | (280) | (280) |
| Reclassificação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferência | (10.200) | - | (10.200) | - | - | 2 | - | - | 46 | - | - | - | 47 | (10.152) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | (1.008.036) | - | (1.008.036) | (14.206) | (4.619) | (16.100) | (1.917) | (5.794) | (10.319) | (15.077) | (3.591) | - | (71.623) | (1.079.659) |
| Taxas anuais de depreciação - % | 10 | - | - | 10 | 4 | 20 | 20 | 10 | 10 | 20 | 33,3 | - | - | - |
| Resumo imobilizado líquido | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 427.534 | - | 427.534 | 11.055 | 18.957 | 367 | 307 | 5.436 | 3.613 | - | - | 175 | 39.910 | 467.444 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 472.106 | 6.605 | 478.711 | 12.340 | 18.340 | 1.147 | 542 | 4.754 | 3.845 | 52.869 | 3.958 | 68 | 97.863 | 576.575 |

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de dezembro de 2019 por grupamento:

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Escoramentos | 134 | 134 |
| Plataformas e manipuladores | 3.345 | 4.175 |
| Máquinas e equipamentos | 95 | 166 |
| Instalações | 41 | 88 |
| Móveis e utensílios | 293 | 365 |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | 594 | 594 |
| Computadores e periféricos | 184 | 574 |
| | <u>4.686</u> | <u>6.096</u> |

A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2019 a R\$ 127.443 e R\$ 34.802 (31 de dezembro de 2018 R\$ 113.359 e R\$ 8.659), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

a. Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração não identificou indicadores de impairment para a Unidade de Negócio Rental (UGC) ao longo de 2019, com base no CPC 01. Em função disso, não efetuou testes e nem aplicou ajustes de impairment por entender que não há ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessa Unidade de Negócio a serem constituídos. Para a Unidade de Negócio Construção, a Administração entende que há indicadores de perda e efetuou o teste de *impairment* para 31 de dezembro de 2019. O valor recuperável desse conjunto de ativos de Construção foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 12,5% para o período 2020 e 2021 e 11,8% para os demais anos, inclusive na perpetuidade. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade.

16 Intangível

| | Software | Marcas e patentes | Intangível em andamento | Ágio em investimentos | Total Controladora |
|----------------------------------|----------|-------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 52.203 | 3.156 | 43 | 13.376 | 68.778 |
| Aquisição | 926 | - | 565 | - | 1.491 |
| Alienação | - | - | - | - | - |
| Transferência | 92 | - | (92) | - | - |
| Reclassificação | - | - | (333) | - | (333) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 53.221 | 3.156 | 183 | 13.376 | 69.936 |
| Aquisição | 922 | - | 2.294 | - | 3.216 |
| Reclassificação | - | - | (333) | - | (333) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 54.143 | 3.156 | 2.145 | 13.376 | 72.820 |
| Amortização acumulada | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | (25.692) | (878) | - | (4.232) | (30.802) |
| Amortização | (4.666) | - | - | - | (4.666) |
| Ajuste crédito PIS e COFINS | (476) | - | - | - | (476) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | (30.833) | (878) | - | (4.232) | (35.943) |
| Amortização | (4.260) | - | - | - | (4.260) |
| Ajuste crédito PIS e COFINS | (436) | - | - | - | (436) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | (35.528) | (878) | - | (4.232) | (40.639) |
| Taxas anuais de amortização - % | 20 | 10 | - | - | - |
| Resumo intangível líquido | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 22.388 | 2.278 | 183 | 9.144 | 33.993 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 18.615 | 2.278 | 2.145 | 9.144 | 32.181 |

| | Software | Marcas e patentes | Intangível em andamento | Ágio em investimentos | Total Consolidado |
|------------------------------------|----------|-------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 53.221 | 3.156 | 184 | 13.376 | 69.937 |
| Adição por aquisição de controlada | 1.741 | 8 | - | - | 1.749 |
| Ágio por aquisição de controlada | - | - | - | 88.011 | 88.011 |
| Aquisição | 1.016 | - | 2.294 | - | 3.310 |
| Reclassificação | - | - | (334) | - | (334) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 55.977 | 3.164 | 2.145 | 101.387 | 162.673 |
| Amortização acumulada | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | (30.833) | (878) | - | (4.232) | (35.943) |
| Adição por aquisição de controlada | (1.116) | - | - | - | (1.116) |
| Amortização | (4.415) | - | - | - | (4.415) |
| Ajuste crédito PIS e COFINS | (436) | - | - | - | (436) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | (36.800) | (878) | - | (4.232) | (41.910) |
| Taxas anuais de amortização - % | 20 | 10 | - | - | - |
| Resumo intangível líquido | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 22.338 | 2.278 | 184 | 9.144 | 33.993 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 19.177 | 2.286 | 2.145 | 97.155 | 120.763 |

a. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio reconhecido na Controladora é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 15 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado na demonstração financeira consolidada é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, no valor de R\$ 88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos.

Sendo este ágio decorrente de uma transação recente de mercado, o que melhor representa o valor recuperável desse ativo, a Administração não identificou nenhum fato ou evento que justificasse uma provisão para redução ao valor recuperável do ágio durante o período de aquisição, 10 de maio de 2019, até término do exercício de 2019.

17 Contas a pagar

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Fornecedores nacionais – Terceiros | 15.885 | 15.219 | 23.329 |
| Fornecedores estrangeiros – Terceiros | 504 | 484 | 3.341 |
| | <u>16.389</u> | <u>15.703</u> | <u>26.670</u> |

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% a.a e CDI acrescidos de 3,10% a 5% a.a. com amortizações em bases mensais até outubro de 2022.

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Circulante | 1.940 | 3.177 | 6.543 |
| Não circulante | 605 | 2.535 | 3.671 |
| Total - Empréstimos e financiamentos | 2.545 | 5.712 | 10.214 |

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 são:

| Empresa | Instituições financeiras |
|----------------------|---------------------------------|
| Mills | Banco do Brasil |
| Mills | Itaú BBA |
| Solaris Equipamentos | Banco do Brasil |
| Solaris Equipamentos | Banco ABC |

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Garantias concedidas: | | | |
| Alienação fiduciária (*) | 26.993 | 26.993 | 78.506 |

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME, *leasing* e capital de giro.

As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|------|---------------------|--------------------|
| 2020 | 1.940 | 6.543 |
| 2021 | 605 | 3.670 |
| | 2.545 | 10.214 |

O empréstimo da Companhia referente ao FINAME vinculado ao Itaú BBA possui cláusulas restritivas de *covenants* com os seguintes parâmetros pré-estabelecidos:

1. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (iii) pelo EBITDA (i) deverá ser igual ou inferior a 3; e
2. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iv) deverá ser igual ou superior a 2.

3. “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

As definições dos itens (iii) e (iv), já estão apresentadas na nota explicativa 19.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atingiu os índices de *covenants* definidos acima.

19 Debêntures

| Descrição | Série | Valor emitido | Início | Vencimento | Encargos financeiros | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------|----------|---------------|--------|------------|----------------------|--------------|------------|-------------|
| | | | | | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| 1ª emissão – Solaris (i) | Única | 80.000 | mar/14 | fev/21 | 100% do CDI + 4% | - | - | 24.976 |
| 2ª emissão - Mills (ii) | 2ª série | 109.060 | ago/12 | ago/20 | IPCA + 7,00 a.a. | 56.428 | 108.627 | 56.428 |
| Custo de emissão | | | | | | (61) | (152) | (61) |
| | | | | | | 56.367 | 108.475 | 56.367 |
| 3ª emissão - Mills (iii) | Única | 200.000 | mai/14 | mai/19 | 116,00% CDI | - | 67.062 | - |
| Custo de emissão | | | | | | - | (64) | - |
| | | | | | | - | 66.998 | - |
| Total controladora | | | | | | 56.367 | 175.473 | - |
| Total consolidado | | | | | | - | - | 81.343 |
| Circulante | | | | | | 56.367 | 122.552 | 77.417 |
| Não circulante | | | | | | - | 52.921 | 3.926 |

a. 1ª emissão de debêntures (controlada – Solaris Equipamentos)

Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de “spread”, com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 3 de junho de 2017, foi aprovado pelos Debenturistas o primeiro aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento inicial das debêntures, de 20 de março de 2019 para 20 de março de 2020.

- (b) Alteração da data de amortização das debêntures e os percentuais de amortização, de forma a conceder um prazo de carência de nove meses no pagamento do saldo, ou seja, as parcelas de amortização do principal de 20 de junho de 2017 a 20 de janeiro de 2018, passam a ser devidas a partir de 20 de fevereiro de 2018.
- (c) Alteração do spread de 2,40% para 4,50%, a partir de 20 de junho de 2017.
- (d) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.

Em 14 de março de 2018, foi aprovado pelos Debenturistas o segundo aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento das debêntures, que passará de 20 de março de 2020 para 20 de fevereiro de 2021.
- (b) Alteração da amortização do valor nominal unitário das debêntures, que começou a ser amortizado em 20 de março de 2015, e terá um total de 63 parcelas mensais, com último vencimento em 20 de fevereiro de 2021.
- (c) “Waiver” dos debenturistas referente a antecipação do vencimento das debêntures no exercício de 2017, pelo fato da Companhia ter apresentado índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA maior a 2,5.
- (d) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), até a data de vencimento.
- (e) Alteração do spread de 4,50% para 4,00%, a partir de 21 de março de 2018 até a data de vencimento.
- (f) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.
- (g) Em 25 de março de 2019, foi concedida pelos Debenturistas anuência prévia para a realização de operações societárias, por meio das quais a Companhia passou a ser uma subsidiária integral da Mills conforme divulgado em fato relevante de 21 de dezembro de 2018.

b. Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

- (a) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.
- (b) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 (três inteiros) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), até a data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida da Controlada totalizou R\$ 28.089 (R\$28.089 em 2018), sendo o total de “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” de R\$ 32.376 (R\$32.376 em 2018), gerando um índice financeiro (dívida líquida / EBITDA) de 0,87 (0,87 em 2018).

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Controlada atingiu todos os *covenants* as quais estava sujeita.

c. 2ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures constantes no quadro acima, terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **2ª serie** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.
- Em agosto de 2019, foi efetuado o pagamento no montante de R\$ 61.832 referente a segunda emissão de debêntures.

d. 3ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em maio de 2019, foi efetuado o pagamento da última parcela, no montante de R\$ 66.944 referente a terceira emissão de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 72.060 no passivo circulante e de R\$ 9.814 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 71.976 e R\$ 9.814 (em 31 de dezembro de 2018, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 122.707 no passivo circulante e de R\$ 52.982 no passivo não circulante, e R\$ 122.552 e R\$ 52.921 líquidos dos custos de transação).

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- (a) Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO, para o cálculo de *covenants* para fins de vencimento antecipado;
- (b) Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- (c) Manutenção do EBITDA nos *covenants* para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- (d) Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima;
- (e) Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- (f) Restrição de mútuos entre partes relacionadas.

Caso haja o atingimento dos *covenants* originais (EBITDA) por dois trimestres consecutivos, ocorre a liberação da conta vinculada. Esses indicadores passam a ser os aferidos a partir desta data. Havendo descumprimento dos mesmos, a conta vinculada é restabelecida com a substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional – FCO (iii), para o cálculo de *covenants*.

As principais deliberações das Assembleias de Debenturistas de 22 de fevereiro de 2019, foram:

- (a) Anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios divulgada em fato relevante de 21 de dezembro de 2018
- (b) Permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades coligadas no montante de até R\$ 25.000;
- (c) Alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na amortização das parcelas das Debêntures;
- (d) De outras matérias relacionadas na ordem do dia, conforme atas das assembleias de debenturistas disponíveis, em sua integralidade, no site www.mills.com.br/ri e no site da CVM.

e. Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 3.
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (ii) deverá ser igual ou superior a 2.

- (3) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
- (4) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;
- (5) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
- (6) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, todos os *covenants originais* estão sendo cumpridos.

20 Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

a. Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;

- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois de acordo com a norma são isentos de tratamento como arrendamento.

b. Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária. Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamentos a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação estão demonstradas a seguir: partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos à depreciação e os arrendamentos passam a ser reconhecidos no passivo, tal como os *leasings* financeiros, sujeitos à atualização monetária e amortizados pelo pagamento do arrendamento.

Como resultado da aplicação inicial da norma contábil, a Companhia e sua Controlada reconheceram R\$ 66.669 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

c. Movimentação do direito de uso – Ativo

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| Direito de uso | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Veículos | | | |
| Adoção inicial | 3.649 | - | 6.211 |
| Remensuração (*) | 43 | - | (1.158) |
| Atualização de contratos | 500 | - | 2.613 |
| Baixas | (118) | - | (123) |
| Depreciação acumulada | <u>(2.242)</u> | <u>-</u> | <u>(3.583)</u> |
| Imobilizado líquido | 1.831 | - | 3.959 |

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Imóveis | | | |
| Adoção inicial | 54.137 | - | 60.458 |
| Remensuração (*) | 5.539 | - | 7.358 |
| Atualização de contratos | 2.214 | - | 2.521 |
| Baixas | (1.783) | - | (2.391) |
| Depreciação acumulada | (10.858) | - | (15.079) |
| Imobilizado líquido | 49.249 | - | 52.867 |

d. Movimentação do arrendamento – Passivo

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Passivo de arrendamento | | | |
| Veículos | | | |
| Adoção inicial | 3.649 | - | 6.211 |
| Remensuração (*) | 43 | - | (1.158) |
| Atualização de contratos | 500 | - | 1.914 |
| Baixas | (118) | - | (118) |
| Pagamentos | (2.396) | - | (3.946) |
| Encargos financeiros | 212 | - | 842 |
| Arrendamentos a pagar | 1.890 | - | 3.745 |
| Imóveis | | | |
| Adoção inicial | 54.137 | - | 60.458 |
| Remensuração (*) | 5.539 | - | 7.358 |
| Atualização de contratos | 2.214 | - | 2.521 |
| Baixas | (1.770) | - | (2.391) |
| Pagamentos | (13.958) | - | (18.512) |
| Encargos financeiros | 5.123 | - | 5.474 |
| Arrendamentos a pagar | 51.286 | - | 54.908 |
| Circulante | 12.053 | - | 15.171 |
| Não circulante | 41.123 | - | 43.484 |

(*) Remensuração calculada no 4º trimestre baseada na orientação CVM através de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

e. Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

| Prazos de contrato | Imóveis | Taxa a.a. Veículos |
|---------------------------|----------------|---------------------------|
| 2020 | 7,90% | 7,94% |
| 2021 | 8,02% | 8,05% |
| 2022 | 8,62% | - |
| 2023 | 9,04% | - |
| 2024 | 9,42% | - |
| 2025 | 9,63% | - |
| 2026 | 9,81% | - |
| 2029 | 10,07% | - |

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2019:

| Prazos de pagamento | Inflação projetada(*) | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------------|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | | Imóveis | Veículos | Imóveis | Veículos |
| 2020 | 3,04% | 13.188 | 1.804 | 16.117 | 3.672 |
| 2021 | 3,44% | 12.054 | 155 | 13.046 | 587 |
| 2022 | 4,08% | 11.250 | - | 11.328 | - |
| 2023 | 4,23% | 8.405 | - | 8.405 | - |
| 2024 | 4,43% | 7.352 | - | 7.352 | - |
| 2025 a 2027 | 4,56% | 12.961 | - | 12.961 | - |
| 2028 a 2029 | 4,69% | 3.024 | - | 3.024 | - |
| Fluxo nominal total dos pagamentos futuros | | 68.234 | 1.959 | 72.233 | 4.259 |
| Encargos financeiros embutidos | | (16.947) | (70) | (17.323) | (515) |
| Fluxo real total dos pagamentos futuros | | 51.287 | 1.889 | 54.910 | 3.744 |
| Circulante | | 10.248 | 1.804 | 11.935 | 3.235 |
| Não Circulante | | 41.039 | 85 | 42.975 | 509 |

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

| | Alíquota | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|-----------------|---------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| | | Nominal | Valor presente | Nominal | Valor presente |
| Contraprestação | - | 70.193 | 53.176 | 76.492 | 58.655 |
| PIS/COFINS potencial | 9,25% | 6.493 | 4.919 | 7.076 | 5.426 |

21 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b. Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Salários e encargos - Diretoria | 6.135 | 6.381 | 7.525 |
| Honorários do Conselho de Administração | 3.604 | 2.388 | 3.604 |
| Participação nos resultados | 1.712 | 720 | 1.712 |
| Pagamentos com base em ações | 273 | 468 | 273 |
| Total | 11.724 | 9.957 | 13.114 |

c. Transações com empresas controladas

Os montantes referentes às transações intercompany estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

| | | 31/12/2019 | | | |
|----------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Empresa | Natureza | Contas a receber | Contas a pagar | Receita de sublocação | Despesa com sublocação |
| Solaris Equipamentos | Sublocação de equipamentos | 1.451 | 2.893 | 1.725 | 3.446 |

22 Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2019 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1)

| | Controladora e Consolidado (*) | |
|-----------------------|---------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Benefício pós-emprego | 12.646 | 10.441 |

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 são integralmente representados pela controladora.

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas e financeiras

| | 2019 |
|-------------------------|------------------------------|
| Taxa de desconto | 7,08% a.a. (3,46% real a.a.) |
| Inflação Médica (HCCTR) | 6,61% a.a. (3,00% real a.a.) |
| Aging Factor | 3,00% a.a. |
| Inflação de longo prazo | 3,50% a.a. |

Hipóteses biométricas e demográficas

| | 2019 |
|--|--------------------------------------|
| Taxa de desligamento (*) | 85% / (TS+1) |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | IAPB-57 |
| Tábua de entrada em invalidez | Álvaro Vindas |
| Idade de aposentadoria | 100% aos 60 anos |
| Probabilidade de Adesão | 10% |
| Composição familiar antes da aposentadoria/Probabilidade de casados | 90% dos participantes |
| Composição familiar antes da aposentadoria/Diferença de idade para os participantes ativos | Homem 4 anos mais velho que a mulher |
| Composição familiar após a aposentadoria | Composição real do grupo familiar |

(*) TS = tempo de serviço.

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

| Premissa | Mudança de premissa | Diminuição do passivo | Mudança de premissa | Aumento do passivo |
|---------------------------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|
| Mudança no PBO - HCCTR | aumento de 1,0 p.p | 3.367 | diminuição de 1,0 p.p | 2.542 |
| Mudança na despesa - HCCTR | aumento de 1,0 p.p | 414 | diminuição de 1,0 p.p | 297 |
| Mudança no PBO - Taxa de desconto | aumento de 0,5 p.p | 1.346 | diminuição de 0,5 p.p | 1.563 |
| Mudança na despesa - Taxa de desconto | aumento de 0,5 p.p | 95 | diminuição de 0,5 p.p | 110 |

b. Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Os riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

c. Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados de 2019 é baseado no atingimento do *EBITDA* ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados em 2019 são elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo registrado é de R\$ 8.840.

d. Plano de opção de compra de ações e ações restritas

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

| Planos | Data da outorga | Data final de exercício | Opções em milhares | | | |
|---------------|-----------------|-------------------------|--------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | | | Opções outorgadas | Opções exercidas | Opções canceladas | Opções em aberto |
| Programa 2010 | 31/05/2010 | 31/05/2016 | 1.475 | (1.369) | (106) | - |
| Programa 2011 | 16/04/2011 | 16/04/2017 | 1.184 | (597) | (587) | - |
| Programa 2012 | 30/06/2012 | 31/05/2018 | 1.258 | (402) | (856) | - |
| Programa 2013 | 30/04/2013 | 30/04/2019 | 768 | (91) | (164) | 513 |
| Programa 2014 | 30/04/2014 | 30/04/2020 | 260 | - | (102) | 158 |
| Programa 2016 | 28/04/2016 | 28/04/2024 | 1.700 | (220) | (831) | 649 |

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

- (i) A criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações;
- (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento;
- (iii) A definição dos prazos e condições de exercício das opções; e
- (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 23.b).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

| Programa Outorga | | Valor justo médio ponderado por opção R\$ | Preço médio da ação na data da concessão R\$ | Preço do exercício na data de concessão R\$ | Volatilidade na data de concessão | Rendimento de dividendos na data de concessão | Taxa de juros anual sem risco na data de concessão | Prazo máximo de exercício na data de concessão |
|------------------|----------------|---|--|---|-----------------------------------|---|--|--|
| 2010 | Primeira | 3,86 | 11,95 | 11,50 | 31,00% | 1,52% | 6,60% | 6 anos |
| 2010 | Segunda | 5,49 | 14,10 | 11,50 | 31,00% | 1,28% | 6,37% | 6 anos |
| 2011 | Única | 6,57 | 19,15 | 19,28 | 35,79% | 1,08% | 6,53% | 6 anos |
| 2012 | Básica | 21,75 | 27,60 | 5,86 | 37,41% | 0,81% | 3,92% | 6 anos |
| 2012 | Discrecionária | 12,57 | 27,60 | 19,22 | 37,41% | 0,81% | 3,92% | 6 anos |
| 2013 | Básica | 24,78 | 31,72 | 6,81 | 35,34% | 0,82% | 3,37% | 6 anos |
| 2013 | Discrecionária | 11,92 | 31,72 | 26,16 | 35,34% | 0,82% | 3,37% | 6 anos |
| 2014 | Básica | 22,46 | 28,12 | 7,98 | 33,45% | 0,75% | 12,47% | 6 anos |
| 2014 | Discrecionária | 11,16 | 28,12 | 30,94 | 33,45% | 0,75% | 12,47% | 6 anos |
| 2016 | Discrecionária | 2,63 | 4,31 | 2,63 | 71,45% | 1,51% | 14,25% | 8 anos |

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------|------------|
| Plano 2002: | | |
| Reserva de capital | 1.446 | 1.446 |
| Número de opções exercidas (milhares) | 3.920 | 3.920 |
| Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO: | | |
| Reserva de capital | 1.148 | 1.148 |
| Número de opções exercidas (milhares) | 1.055 | 1.055 |
| Plano executivos Mills Rental: | | |
| Reserva de capital | 4.007 | 4.007 |
| Número de opções exercidas (milhares) | 391 | 391 |
| Plano 2010: | | |
| Reserva de capital | 5.693 | 5.693 |
| Número de opções a exercer (milhares) | - | - |
| Número de opções exercidas (milhares) | 1.369 | 1.369 |
| Número de opções canceladas (milhares) | 106 | 106 |
| Programa 2011 (Plano 2010): | | |
| Reserva de capital | 7.329 | 7.329 |
| Número de opções a exercer (milhares) | - | - |
| Número de opções exercidas (milhares) | 597 | 597 |
| Número de opções canceladas (milhares) | 587 | 587 |
| Programa 2012 (Plano 2010): | | |
| Reserva de capital | 14.162 | 14.162 |
| Número de opções a exercer (milhares) | - | - |

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Número de opções exercidas (milhares) | 402 | 402 |
| Número de opções canceladas (milhares) | 856 | 856 |
| Programa 2013 (Plano 2010): | | |
| Reserva de capital | 11.900 | 11.900 |
| Número de opções a exercer (milhares) | 513 | 513 |
| Número de opções exercidas (milhares) | 91 | 91 |
| Número de opções canceladas (milhares) | 164 | 164 |
| Programa 2014 (Plano 2010): | | |
| Reserva de capital | 4.701 | 4.701 |
| Número de opções a exercer (milhares) | 158 | 188 |
| Número de opções canceladas (milhares) | 102 | 72 |
| Programa 2016: | | |
| Reserva de capital | 2.111 | 1.699 |
| Número de opções a exercer (milhares) | 649 | 895 |
| Número de opções exercidas (milhares) | 220 | - |
| Número de opções canceladas (milhares) | 831 | 805 |
| Total registrado como patrimônio (acumulado) | 52.497 | 52.086 |
| Efeito no resultado | 412 | (673) |

e. Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

| Planos | Data da outorga | Data final de exercício | Ações em milhares | | | |
|---------------|-----------------|-------------------------|-------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | | | Ações outorgadas | Ações exercidas | Ações canceladas | Ações em aberto |
| Programa 2018 | 19/11/2018 | 18/11/2021 | 868 | - | - | 868 |
| Programa 2019 | 14/08/2019 | 31/12/2021 | 858 | - | - | 858 |

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 18 de junho de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da proposta de criação de um Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, com consequente convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre sua aprovação.

Em 18 de julho de 2018, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a aprovação do Plano de incentivo com ações restritas, conforme proposto pelo Conselho de Administração.

Em 18 de agosto de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a adoção do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 18 de novembro de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de agosto de 2018, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 14 de agosto de 2019, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2019, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

| Programa | Valor justo médio ponderado por ação R\$ | Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$ | Preço do exercício na data de concessão R\$ | Volatilidade na data de concessão | Rendimento de dividendos na data de concessão | Taxa de juros anual sem risco na data de concessão | Prazo máximo de exercício na data de concessão |
|----------|--|--|---|-----------------------------------|---|--|--|
| 2018 | 3,17 | 3,18 | 0,00 | 54,56% | 0,00% | 5,04% | 36 meses |
| Programa | Valor justo médio ponderado por ação R\$ | Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$ | Preço do exercício na data de concessão R\$ | Volatilidade na data de concessão | Rendimento de dividendos na data de concessão | Taxa de juros anual sem risco na data de concessão | Prazo máximo de exercício na data de concessão |
| 2019 | 7,43 | 7,44 | 0,00 | 55,71% | 0,00% | 2,36% | 29 meses |

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Plano 2018: | | |
| Reserva de capital | 2.759 | 77 |
| Número de opções a exercer (milhares) | 868 | 868 |
| Número de opções canceladas (milhares) | - | - |
| Plano 2019: | | |
| Reserva de capital | 1.101 | 77 |
| Número de opções a exercer (milhares) | 858 | 868 |
| Número de opções canceladas (milhares) | - | - |
| Total registrado como patrimônio (acumulado) | 3.860 | 77 |
| Efeito no resultado | 3.783 | (77) |

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|--|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição Social | (64.355) | (139.240) | (57.044) |
| Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | 21.881 | 47.342 | 19.395 |
| Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes | (1.177) | (3.071) | (655) |
| Ajustes de glosa <i>leasing</i> (**) | (4.536) | - | (4.536) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 3.208 | - | (2.092) |
| Outros | - | - | (47) |
| Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | <u>19.375</u> | <u>44.271</u> | <u>12.064</u> |
| Alíquota efetiva | 30% | 32% | 21% |

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

(**) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos (Nota 22).

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

| Descrição | Controladora | | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|---------|-------------|------------|
| | 31/12/2018 | Adições | Baixas | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Ágio GP Andaimos Sul Locadora | (672) | - | - | (672) | (672) |
| Ágio Jahu | (2.437) | - | - | (2.437) | (2.437) |
| Ajuste IRFS 9 - Caixa e equivalentes de caixa | (15) | - | (15) | (30) | (30) |
| Arrendamento financeiro | (208) | 2.543 | 208 | 2.543 | (11.422) |
| Atualização depósito judicial | (1.758) | (152) | 10 | (1.900) | (1.900) |
| Debêntures | (73) | - | 52 | (21) | (21) |
| Depreciação acelerada | (3.012) | - | 753 | (2.259) | (2.585) |
| Hedge sobre imobilizado | (420) | - | 132 | (288) | (288) |
| Variação cambial ativa | (387) | (129) | - | (516) | (516) |
| Ágio SGC III | - | - | - | - | 4.194 |
| Ajuste de valor justo - Rohr | 2.296 | 1.316 | - | 3.612 | 3.612 |
| Ajuste PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9 | 588 | - | - | 588 | 1.219 |
| Arrendamento_IFRS 16 | - | 706 | - | 706 | 660 |
| Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48 IFRS 9 | 36 | - | - | 36 | 36 |
| Benefício pós-emprego | 359 | 412 | - | 771 | 771 |
| Benefício pós-emprego (ajuste inicial) | 3.191 | 338 | - | 3.529 | 3.529 |
| Gratificações a pagar | 735 | 938 | (798) | 875 | 875 |
| Outros provisões | - | - | - | - | 1.413 |
| Perda por desvalorização do ativo | 693 | 260 | - | 953 | 953 |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 165.960 | 22.766 | - | 188.726 | 267.436 |
| Perdas estimadas por valor não recuperável - Rohr | 8.906 | - | - | 8.906 | 8.906 |
| Provisão de estoques de giro lento | 637 | 681 | - | 1.318 | 3.615 |
| Provisão de participação nos lucros e resultados | 2.720 | - | (685) | 2.035 | 2.310 |
| Provisão para perdas de créditos esperadas | 9.378 | - | (1.642) | 7.736 | 8.974 |
| Provisão para descontos e cancelamentos | - | 1.176 | (483) | 693 | 693 |
| Provisão para realização do crédito tributário | 29 | - | - | 29 | 29 |
| Provisões de custos e despesas | 1.247 | - | (1.085) | 162 | 162 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 8.549 | 2.172 | (4.068) | 6.653 | 8.041 |
| Stock options | 8.494 | 2.797 | - | 11.292 | 11.292 |
| Variação cambial passiva | 463 | 116 | - | 579 | 579 |
| | 205.299 | 35.942 | (7.621) | 233.619 | 309.429 |

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.736, conforme quadro abaixo:

| | Consolidado | |
|--|-------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9 | 588 | 588 |
| Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48/IFRS 9 | 36 | 36 |
| Ajuste de valor justo no investimento na Rohr | 1.583 | 267 |
| Provisão para benefícios pós-emprego | 3.529 | 3.191 |
| Total | 5.736 | 4.082 |

d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

| Natureza | Fundamentos para realização |
|---|---|
| <i>Stock option</i> | Pelo exercício das opções |
| Ajuste a valor presente | Pela realização fiscal da perda/ganho |
| <i>Hedge</i> sobre imobilizado | Pela depreciação do bem |
| Provisão para estoques de giro lento | Pela baixa ou venda do ativo |
| Perdas estimadas por valor não recuperável | Pela realização da provisão |
| Ajuste de valor justo - Rohr | Pela venda da participação no investimento |
| Provisão de custos e despesas | Pelo pagamento |
| Provisão para perda - processo Murilo Pessoa | Pelo recebimento do crédito |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos |
| Arrendamento | Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo |
| Provisão para realização de crédito tributário | Pela realização do crédito fiscal |
| Provisão para descontos e cancelamentos | Pela reversão/realização da provisão |
| Tributos com exigibilidade suspensa | Pelo pagamento ou pela reversão da provisão |
| Depreciação acelerada | Pela depreciação fiscal em cinco anos |
| Ágio GP Andaimas Sul Locadora | Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo |
| Ágio Jahu | Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo |
| Atualização depósito judicial | Pelo levantamento do depósito |
| Variação cambial ativa e passiva | Pela liquidação financeira |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i) |
| Gratificações a pagar | Pelo pagamento |
| Debêntures | Pela amortização do custo de captação |
| Perda para redução ao valor realizado | Pela reversão/realização da provisão |
| Provisão de <i>Hedge</i> (venda) | Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo |
| Provisão para benefícios pós-emprego | Pela reversão/realização da provisão |

- (i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia.

As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2019:

| IR e CSLL diferidos ativos | Controladora | Consolidado |
|-----------------------------------|---------------------|--------------------|
| 2020 | - | 5.469 |
| 2021 | 6.583 | 16.258 |
| 2022 | 22.088 | 40.560 |
| 2023 | 35.060 | 58.514 |
| 2024 e 2025 | 84.823 | 103.565 |
| 2026 a 2027 | 85.065 | 85.064 |
| Total | 233.619 | 309.429 |

24 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Tributários (i) | 5.030 | 4.884 | 5.030 |
| Cíveis (ii) | 1.547 | 6.457 | 2.311 |
| Trabalhistas (iii) | 10.489 | 10.127 | 13.804 |
| Honorários de êxito (iv) | 2.503 | 2.607 | 2.503 |
| Honorários de sucumbência (v) | - | 1.067 | - |
| | <u>19.569</u> | <u>25.142</u> | <u>23.648</u> |

- (i) Refere-se ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações. Em dezembro de 2018 foi registrada provisão por ação de indenização por danos morais e materiais movidas contra a Companhia. Com o desfecho desfavorável da ação para a Companhia, o depósito judicial que garantia a causa foi levantado em 2019 pelo autor e a indenização reconhecida no resultado da Companhia, e, em consequência, a provisão anteriormente constituída, foi revertida.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia. No trimestre a Companhia conseguiu reverter os honorários de sucumbência de uma ação tributária por prescrição.

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

| | Controladora | | Consolidado |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Saldo em 1º de janeiro | 25.142 | 21.364 | 25.142 |
| Ajuste aquisição Solaris Equipamentos até Abril/2019 | - | - | 4.795 |
| Constituições | 4.107 | 9.450 | 5.599 |
| Atualizações monetárias | 1.988 | 1.859 | 1.988 |
| Reversões/baixas | (11.668) | (7.531) | (13.876) |
| Saldo no exercício | 19.569 | 25.142 | 23.648 |

A principal movimentação no exercício de 2019 está relacionada à decisão desfavorável à Companhia sobre uma contingência cível, conforme mencionado no item (“ii”) acima.

a. Composição dos depósitos judiciais

| | Controladora | | Consolidado |
|-------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Tributários (i) | 8.733 | 8.326 | 8.771 |
| Trabalhistas (ii) | 3.448 | 3.110 | 3.591 |
| Cíveis (iii) | - | 5.758 | 101 |
| | 12.182 | 17.194 | 12.463 |

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 8.633. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 4.590, como informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica é de R\$ 3.809. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iii) Depósito judicial relativo a uma ação de indenização por danos materiais e morais da qual a companhia é ré constituído em dezembro de 2018. Em razão do desfecho desfavorável à Companhia no primeiro trimestre de 2019, o depósito foi levantado.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Tributárias (i) | 63.929 | 54.543 | 76.818 |
| Cíveis (ii) | 13.152 | 7.593 | 13.596 |
| Trabalhista (iii) | 11.332 | 10.594 | 12.480 |
| | 88.414 | 72.730 | 102.894 |

(i) Tributárias, principais itens:

- (a)** Auto de Infração de ICMS, recebido pelo controlada Sullair, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$59 mil de principal que perfaz um total de cerca de R\$183 mil acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.
- (b)** Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (c)** Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (d)** Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (e)** Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (f)** Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (g)** Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

- (a)** A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a um processo de indenização por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

25 Tributos a pagar

| | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| IRPJ/CSLL | - | - | 278 |
| IRRF* | 943 | - | 955 |
| PIS e COFINS* | 5.564 | 1.825 | 7.168 |
| PIS e COFINS diferido | - | - | 588 |
| INSS | - | 42 | 31 |
| ICMS | 198 | 113 | 328 |
| ISS | 178 | 122 | 234 |
| Outros | 408 | 391 | 457 |
| | <u>7.290</u> | <u>2.493</u> | <u>10.038</u> |
| Circulante | 7.290 | 2.493 | 9.397 |
| Não circulante | - | - | 641 |

- (*) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos (Nota 22).

26 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004)
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT.

Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (a) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

- (b) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

| | Saldo em 31 de dezembro de 2018 | Baixas | Adições | Atualizações SELIC | Saldo em 31 de dezembro de 2019 |
|----------------|------------------------------------|----------------|----------|-----------------------|------------------------------------|
| PIS | 1.289 | (304) | - | 115 | 1.100 |
| COFINS | 4.011 | (944) | - | 357 | 3.424 |
| IRPJ | 1.646 | (388) | - | 147 | 1.406 |
| CSLL | 155 | (37) | - | 14 | 132 |
| INSS | 648 | (202) | - | 49 | 494 |
| | <u>7.749</u> | <u>(1.874)</u> | <u>-</u> | <u>682</u> | <u>6.556</u> |
| Circulante | 1.391 | - | - | - | 1.434 |
| Não Circulante | 6.358 | - | - | - | 5.122 |

27 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

Em 10 de maio de 2019, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris Equipamentos (vide nota explicativa 1.1).

No dia 20 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 643, totalizando emissão de 219.500 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais participarão em igualdade de condições de todos os benefícios, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos, referente ao Programa 1/2016 de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Programa 1/2016").

No dia 5 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 12, totalizando emissão de 4.250 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais participarão em igualdade de condições de todos os benefícios, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos, referente ao Programa 1/2016 de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Programa 1/2016").

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é representado pelo valor de R\$ 1.089.379 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 688.319) dividido em 251.866 mil (31 de dezembro de 2018 - 175.586 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

| | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|--|--------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|-----------------|
| | Quantidade de ações (em milhares) | Porcentagem | Quantidade de ações (em milhares) | Porcentagem |
| Acionistas | | | | |
| Andres Cristian Nacht ¹ | 13.817 | 5,49% | 13.817 | 7,87% |
| Snow Petrel S.L. | 23.677 | 9,40% | 23.677 | 13,48% |
| Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ⁴ | 23.044 | 9,15% | 23.044 | 13,12% |
| Família Nacht (total) | 60.538 | 24,04% | 60.538 | 34,47% |
| SCG III Fundo de Investimento em Participações ⁷ | 51.556 | 20,47% | - | - |
| Sullair Argentina S.A. ⁶ | 22.096 | 8,77% | - | - |
| Fundo de Investimento em participações Axxon | | | | |
| Brazil Private Equity Fund II ² | 12.294 | 4,88% | 12.294 | 7,00% |
| Fama Investimentos Ltda. ³ | 9.123 | 3,62% | 8.789 | 5,01% |
| Brandes Investment Partners ⁵ | 0 | 0% | 17.459 | 9,94% |
| Outros | 96.259 | 38,22% | 76.506 | 43,58% |
| | 251.866 | 100,00 % | 175.586 | 100,00 % |

1. Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividindo esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
2. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

3. Em 25 de março de 2019, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.
5. Em 18 de março de 2019, a Brandes Investment Partners, LP passou a deter 4,53% do total de ações de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
6. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia.
7. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

b.3 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 56.357, referente aos planos de *stock options* para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 37.909 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 33.714).

d. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47.

28 Resultado por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

| | Controladora e Consolidado (*) | |
|---|---------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade | (44.980) | (94.969) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares) | 198.678 | 160.540 |
| Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas | (0,23) | (0,59) |

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

| | Controladora e Consolidado (*) | |
|---|---------------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade | (44.980) | (94.969) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares) | 198.678 | 160.540 |
| Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas | (0,23) | (0,59) |

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2019 por conta das ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

29 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

| | Controladora | | Consolidado (*) |
|----------------------------------|--------------|------------|-----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Locação | 291.702 | 274.400 | 428.584 |
| Vendas de novos | 14.778 | 13.456 | 26.243 |
| Venda de seminovos | 9.321 | 29.833 | 16.917 |
| Venda de seminovos (outros) | 12.178 | 15.099 | 12.189 |
| Assistência técnica | 8.069 | 6.825 | 8.052 |
| Indenizações | 11.770 | 7.832 | 11.770 |
| Outros (i) | 6.622 | 5.722 | 6.622 |
| Total receita bruta | 354.440 | 353.166 | 510.377 |
| Impostos sobre vendas e serviços | (31.324) | (28.974) | (46.975) |
| Cancelamentos e descontos | (17.586) | (20.004) | (23.937) |
| | 305.530 | 304.189 | 439.465 |

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

(*) Os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses da controlada

30 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojetadoras, talhas e ferramentas em geral);
- (v) provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de stock options, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora

| Natureza | 2019 | | | 2018 | | |
|---|--------------------------------------|---|-----------|--------------------------------------|---|-----------|
| | Custos diretos obras e locação | Despesas gerais e administrativas e outras | Total | Custos diretos obras e locação | Despesas gerais e administrativas e outras | Total |
| Pessoal | (43.939) | (52.238) | (96.177) | (50.753) | (63.063) | (113.816) |
| Terceiros | (2.399) | (26.559) | (28.958) | (3.046) | (24.456) | (27.502) |
| Frete | (9.885) | (1.083) | (10.968) | (9.245) | (6.531) | (15.776) |
| Material construção/manutenção e reparo | (36.037) | (3.731) | (39.768) | (32.420) | (4.177) | (36.597) |
| Aluguel de equipamentos e outros | (3.760) | (1.149) | (4.909) | (3.517) | (14.973) | (18.490) |
| Viagem | (4.028) | (3.294) | (7.322) | (1.923) | (2.987) | (4.910) |
| Custo das mercadorias vendidas | (8.488) | - | (8.488) | (7.404) | - | (7.404) |
| Depreciação/Amortização | (103.967) | (23.168) | (127.135) | (113.359) | (13.325) | (126.684) |
| Baixa de ativos | (5.943) | (3.142) | (9.085) | (23.005) | (2.086) | (25.091) |
| Custo de venda com seminovos - outros | (5.892) | - | (5.892) | (31.257) | - | (31.257) |
| Plano de ações | - | (4.195) | (4.195) | - | (750) | (750) |
| Provisões | - | (2.075) | (2.075) | - | (6.994) | (6.994) |
| Participação nos resultados | - | (4.555) | (4.555) | - | (8.000) | (8.000) |
| Outros | 4.339 | (13.496) | (9.157) | 3.927 | (13.784) | (9.857) |
| Total | (219.999) | (138.684) | (358.683) | (272.002) | (161.126) | (433.128) |

Consolidado

| Natureza | 2019 | | |
|---|--------------------------------------|---|-----------|
| | Custos diretos obras e locação | Despesas com vendas, gerais e administrativas | Total |
| Pessoal | (58.544) | (66.791) | (125.335) |
| Terceiros | (2.889) | (32.721) | (35.610) |
| Frete | (12.136) | (3.974) | (16.110) |
| Material construção/manutenção e reparo | (53.938) | (5.469) | (59.407) |
| Aluguel de equipamentos e outros | (580) | (2.064) | (2.644) |
| Viagem | (5.149) | (4.879) | (10.028) |
| Custo das mercadorias vendidas | (14.098) | - | (14.098) |
| Depreciação/Amortização | (127.465) | (34.802) | (162.267) |
| Baixa de ativos | (6.182) | (3.142) | (9.324) |
| Custo de vendas como seminovos - outros | (5.899) | - | (5.899) |
| Plano de ações | - | (4.195) | (4.195) |
| Provisões | - | (3.175) | (3.175) |
| Participação nos resultados | - | (9.183) | (9.183) |
| Outros | 4.383 | (18.079) | (13.693) |
| Total | (282.495) | (188.475) | (470.970) |

31 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

| | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Receitas de juros | 2.082 | 2.033 | 3.201 |
| Receitas de aplicação financeira | 6.513 | 11.401 | 7.906 |
| Descontos obtidos | 173 | 52 | 203 |
| Varição cambial e monetária ativa | 816 | 967 | 2.399 |
| Outras | - | (2) | 208 |
| | <u>9.584</u> | <u>14.451</u> | <u>13.917</u> |

b. Despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidado |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Juros - empréstimos | (1.422) | (816) | (2.299) |
| Variações cambiais e monetárias passivas | (2.561) | (2.554) | (4.173) |
| Juros - debêntures | (11.634) | (22.335) | (13.438) |
| Comissões e tarifas bancárias | (277) | (270) | (684) |
| IOF | (12) | (23) | (31) |
| Encargos financeiros sobre arrendamentos | (5.062) | - | (4.869) |
| Outras | (1.282) | (1.280) | (2.479) |
| | <u>(22.250)</u> | <u>(27.278)</u> | <u>(27.973)</u> |

32 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

a. Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

b. Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

c. Demonstração do resultado por segmento de negócio

| | Construção | | Rental | | Outros(*) | | Controladora | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receita líquida | 81.948 | 100.566 | 223.598 | 203.630 | (16) | (7) | 305.530 | 304.189 |
| (-) Custos | (41.541) | (82.252) | (74.491) | (76.391) | - | - | (116.032) | (158.643) |
| (-) Despesas | (42.484) | (71.865) | (72.523) | (69.845) | (1.275) | (6.091) | (116.282) | (147.801) |
| (-) Provisão para perdas de crédito esperadas | (4.915) | (3.175) | (3.884) | 904 | - | (3) | (8.799) | (2.274) |
| (-) Depreciação e amortização | (53.060) | (58.222) | (74.075) | (68.462) | - | - | (127.135) | (126.684) |
| (+) Outras receitas | 858 | 4.957 | 662 | 1.867 | 75 | 15 | 1.595 | 6.839 |
| (+) Resultado de equivalência patrimonial | - | - | 9.434 | - | - | - | 9.434 | - |
| (-) Reversão estimadas por valor não recuperável e valor justo | - | (1.838) | - | (201) | - | - | - | (2.039) |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos | (59.194) | (111.829) | 8.721 | (8.498) | (1.216) | (6.086) | (51.689) | (126.413) |
| Receita financeira | 5.075 | 7.513 | 4.415 | 6.804 | 94 | 134 | 9.584 | 14.451 |
| Despesa financeira | (11.129) | (13.722) | (10.651) | (13.144) | (470) | (412) | (22.250) | (27.278) |
| Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL | (65.248) | (118.038) | 2.485 | (14.838) | (1.592) | (6.364) | (64.355) | (139.240) |
| (-) IRPJ/CSLL | 15.449 | 37.530 | 3.550 | 4.718 | 376 | 2.023 | 19.375 | 44.271 |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | (49.799) | (80.508) | 6.035 | (10.120) | (1.216) | (4.341) | (44.980) | (94.969) |

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

| | Construção | Rental | Outros(*) | Consolidado |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2019 | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Receita líquida | 81.948 | 357.533 | (16) | 439.465 |
| (-) Custos | (41.541) | (113.509) | - | (155.050) |
| (-) Despesas | (42.484) | (110.680) | (1.275) | (154.439) |
| (-) Provisão para perdas de crédito esperadas | (4.915) | (6.559) | - | (11.474) |
| (-) Depreciação e amortização | (53.060) | (109.185) | - | (162.245) |
| (+) Outras receitas | 858 | (179) | 75 | 754 |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos | (59.194) | 17.421 | (1.216) | (42.989) |
| Receita financeira | 5.075 | 8.749 | 94 | 13.918 |
| Despesa financeira | (11.129) | (16.374) | (470) | (27.973) |
| Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL | (65.248) | 9.796 | (1.592) | (57.044) |
| (-) IRPJ/CSLL | 15.449 | (3.761) | 376 | 12.064 |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | (49.799) | 6.035 | (1.216) | (44.980) |

d. Ativo por segmento de negócio

| | Construção | | Rental | | Outros(*) | | Controladora | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Imobilizado | | | | | | | | |
| Custo de aquisição | 458.877 | 495.431 | 718.522 | 664.852 | - | - | 1.177.399 | 1.160.283 |
| (-) Depreciação acumulada | (308.260) | (304.775) | (471.348) | (388.064) | - | - | (779.608) | (692.839) |
| | 150.617 | 190.656 | 247.174 | 276.788 | - | - | 397.791 | 467.444 |
| Outros ativos | 214.391 | 176.095 | 674.178 | 339.779 | 26.452 | 31.330 | 915.020 | 547.204 |
| Ativo total | 365.008 | 366.751 | 921.352 | 616.567 | 26.642 | 31.330 | 1.312.812 | 1.014.648 |
| | Construção | | Rental | | Outros(*) | | Consolidado | |
| | 31/12/2019 | | 31/12/2019 | | 31/12/2019 | | 31/12/2019 | |
| Imobilizado | | | | | | | | |
| Custo de aquisição | 458.877 | | 1.197.367 | | - | | 1.656.244 | |
| (-) Depreciação acumulada | (308.260) | | (771.412) | | - | | (1.079.672) | |
| | 150.617 | | 425.955 | | - | | 576.572 | |
| Outros ativos | 214.391 | | 558.481 | | 26.452 | | 799.323 | |
| Ativo total | 365.008 | | 984.436 | | 26.452 | | 1.375.895 | |

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

33 Instrumentos financeiros

33.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

| | | | Valor contábil Controladora | | Valor contábil Consolidado |
|---|---|-------|--------------------------------|------------|-------------------------------|
| | Classificação | Nível | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio de resultado | 1 | 73.656 | 60.635 | 124.910 |
| Swap | Valor justo por meio de resultado | 1 | - | - | 43 |
| Investimento Rohr | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 3 | 50.579 | 54.451 | 50.579 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | - | 68.005 | 56.491 | 116.816 |
| Contas a receber de partes relacionadas | Custo amortizado | - | 1.451 | - | - |
| Depósitos bancários vinculados | Custo amortizado | - | - | 88.810 | - |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | - | 2.545 | 5.712 | 10.215 |
| Debêntures | Custo amortizado | - | 56.367 | 175.473 | 81.343 |
| Contas a pagar a terceiros | Custo amortizado | - | 16.389 | 15.703 | 26.683 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | - | 2.893 | - | - |
| Planos de opções de ações | Custo amortizado | - | 56.357 | 52.162 | 56.357 |

33.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- **Nível 3** - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do Investimento Rohr

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 50.579 (R\$ 54.451 em 31 de dezembro de 2018), conforme apresentado na nota explicativa 13. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

33.3 Instrumento financeiro ao custo amortizado

a. Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b. Debêntures

| Dívida | Indicador | Valor contábil Consolidado | |
|---|-----------|----------------------------|------------|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| 1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos | CDI | 24.976 | - |
| 2ª emissão de debêntures: | | | |
| 2ª Série | IPCA | 56.428 | 108.627 |
| 3ª emissão de debêntures | CDI | - | 67.062 |
| | Total | 81.403 | 175.689 |

33.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

| Consolidado | | | | | | |
|--------------------|---------------------------------|---------------------------|------------|-------------|---------------|------------|
| 31/12/2019 | | | | | | |
| Referência em 2018 | Direito a receber (ponta ativa) | Obrigação (ponta passiva) | Vencimento | Ponta ativa | Ponta passiva | Saldo swap |
| Banco do Brasil | Variação cambial + 7,75% a.a. | 100% CDI+3,63% | 13/08/2021 | 5.885 | (5.842) | 43 |

34 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

| Natureza | Controladora | | Consolidado |
|------------------------|--------------|------------|-------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 |
| Riscos operacionais | 1.339.943 | 1.365.824 | 2.219.677 |
| Danos patrimoniais | 480.642 | 523.266 | 613.678 |
| Responsabilidade civil | 110.000 | 110.500 | 110.500 |

35 Eventos subsequentes

- (a) Em 29 de agosto de 2019, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da redução de capital da Solaris Equipamentos e Serviços S.A, subsidiária da Companhia, até R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a participação da Companhia no capital social da Solaris, com restituição mediante a entrega de ativos a Mills, nos termos do caput do art.173 da Lei das S.A.

Dessa forma, em 30 de janeiro de 2020, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Serra (ES), no valor de R\$ 2.347, passando o capital social dos atuais R\$ 238.844 para R\$ 236.497

- (b) O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão.

A Emissão será composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando, portanto, R\$ 100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, após um ano de carência, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

- (c) A Solaris Equipamentos e Serviços S.A., controlada da Companhia, comunicou aos Debenturistas da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e não Conversíveis em Ações, em 5 de março de 2020, nos termos do disposto na Cláusula 4.10.1.2 da Escritura Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da Espécie Quirografária, com Garantia Real adicional, que promoverá em 20 de abril de 2020 o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Série única em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures de série única em circulação, acrescido da Remuneração aplicável e Prêmio de 0,50% conforme clausula 4.10.1.2 do 2º Aditamento à Escritura de Emissão., conforme o caso, com pagamento de prêmio, calculados com base nos termos da referida Escritura

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 no qual destaca a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 (“Coronavírus”) em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. A Administração da Companhia tem acompanhando atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e sua controlada, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do COVID-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.